

MEC IGNORA NECESSIDADES E ANSEIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Por Tatiana Vargas

Em tramitação no Congresso, o novo Plano Nacional de Educação (PNE - projeto de lei 8035/10) estende por mais 10 anos as metas de erradicação do analfabetismo e de aplicação de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. Sem mecanismos que assegurem seu cumprimento e com metas claramente voltadas aos programas de governo, a sociedade civil organizada vem procurando mobilizar-se contra a exclusão social, o sucateamento e a privatização educacional no país, cada vez mais evidentes.

Após elaboração, por parte da sociedade brasileira, de uma proposta de Plano que visasse a efetivação do previsto no artigo 214 da Constituição Federal, o país assistiu à aprovação de seu primeiro PNE em 2001 e o abandono subsequente por parte dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme opinião do professor da educação básica, José Ibiapino Ferreira, "o governo Lula, basicamente, abandonou o PNE. Ele optou por criar programas de governo setorizados, ao invés de obedecer um plano de longo prazo". E completa: "Pode-se dizer que ele ampliou o Ensino Superior, mas não ampliou o modelo de expansão da rede pública. Com o PROUNI, ele destinou recursos públicos para abertura de vagas em iniciativas privadas e com o REUNI, rebaixou o padrão de qualidade das federais".

O professor do Instituto de Física da USP e membro da ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo), Otaviano Helene, também fez um balanço negativo dos últimos 10 anos: "No que diz respeito ao número de alunos que concluem o Ensino Fundamental e Médio, diminuiu-se, em geral, no país todo. A Educação Infantil está muito aquém do que era previsto no Plano Nacional de Educação e apesar do crescimento do Ensino Superior, a porcentagem de estudantes em instituições privadas aumentou em número considerável".

Relembrando o Plano formulado em 1998 pela sociedade brasileira, Otaviano finaliza: "O nosso PNE está de acordo com as possibilidades do país. Ninguém está pedindo um absurdo. Ele está de acordo com os anseios da população, com suas necessidades e com as do país. Não se faz desenvolvimento nacional, econômico, social e cultural, sem pessoas bem formadas".

O primeiro Plano – O Plano Nacional de Educação, plano decenal que visa assegurar, por meio de diretrizes e metas, a implementação de políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis, não obteve nenhuma iniciativa por parte do governo que possibilitasse sua construção e efetivação até 1998.

Organizada no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a sociedade civil, por intermédio

Vencido o período de 10 anos do primeiro Plano Nacional de Educação, novo projeto mantém metas não cumpridas



de diversas entidades representativas, realizou entre 1996 e 1997 dois Congressos Nacionais de Educação (CONED), visando a consolidação de uma proposta de PNE, previsto na Constituição Federal desde sua promulgação, em 1988.

Apresentada como Projeto de Lei (4155/98) na Câmara dos Deputados e tendo como primeiro signatário o deputado federal Ivan Valente (à época, no PT), o PNE da Sociedade Brasileira entrou em tramitação em 2001 juntamente com o posterior projeto do então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso.

O proposto buscava expor a educação como instrumento de formação ampla e de luta coletiva pela construção de um modelo de Estado que contemplasse um projeto de inclusão e qualidade social, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as). Entre as metas, o Plano garantia que se alcançasse em 10 anos, o financiamento no setor de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), a erradicação do analfabetismo e a universalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio. Em contrapartida, o projeto do governo federal, tendo em vista a continuação do modelo privatista de educação, alinhava-se às diretrizes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com base nos dois já existentes, o deputado Nelson Marchesan (PSDB-RS), elaborou, no mesmo ano, um novo PNE, aprovado por unanimidade pelo parlamento e que estabelecia no tocante ao financiamento, o percentual de gastos públicos com educação de 7% do PIB. Meta esta, vetada em conjunto com outras oito, pelo presidente FHC. O Ensino Superior, mais afetado pelos vetos, perdeu, por exemplo, garantias que visa-

vam o aumento do número de vagas no setor público e as ampliações dos recursos voltados à extensão da rede federal e do programa de crédito educativo aos alunos da rede privada.

Em 2002, quando Lula tomou posse esperava-se que tais vetos fossem derrubados em até cem dias de governo. Porém, há pouco mais de um ano do fim de seus dois mandatos como presidente, não apenas manteve os vetos, como fechou o ano de 2009 com 1/3 de metas do PNE cumpridas e 4,7% do PIB direcionado à educação, de acordo os últimos dados consolidados.

Segundo o professor José Ibiapino, "o projeto, aprovado em 2001, não apresentava mecanismos de controle", possibilitando, assim, o não cumprimento das metas pré-estabelecidas pelo PNE. Para ele, "foi uma estratégia do governo Fernando Henrique na época, que não possuía interesse em ter um plano nacional de educação. A forma encontrada, então, foi aprovar um plano com metas genéricas, sem estabelecer responsabilidades, controle ou punições."

A Conferência Nacional de Educação –

Em prol da efetivação de um Sistema Nacional de Educação como política de Estado e buscando contribuir para a elaboração do PNE 2011-2020, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília entre os dias 28 de março a 1 de abril de 2010, procurou apontar, após a realização de etapas municipais, intermunicipais, distrital e estaduais, caminhos para a educação brasileira a partir do tema central "Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação".

“
**O NOSSO PNE [DA
 SOCIEDADE BRASILEIRA]
 ESTÁ DE ACORDO COM AS
 POSSIBILIDADES DO PAÍS.
 NINGUÉM ESTÁ PEDINDO
 UM ABSURDO**”
 (OTAVIANO HELENE)



Ministro da Educação Fernando Haddad

Reprodução

Construída por órgãos do governo e pela sociedade civil organizada, seja em entidades não-governamentais, sindicatos ou associações estudantis, a CONAE aprovou importantes medidas como:

- Aplicação na educação pública de 7% do Produto Interno Bruto até 2011, chegando a 10% em 2014;
- Aumento dos percentuais de vinculação obrigatória para a educação, passando a união de 18% para 25% e os estados, distrito federal e municípios de 25% para 30%;
- Concretização do CAQ (custo aluno-qualidade) como novo modelo de financiamento educacional;
- Reafirmação de um piso salarial do magistério de R\$ 1.800,00;
- Obrigatoriedade de implantação de mecanismos de gestão democrática para instituições privadas;
- Reserva de vagas nas universidades públicas para um mínimo de 50% de alunos egressos do ensino médio público;
- Planos de carreira sem o sistemas de premiação ou punição;
- Fortalecimento das medidas de inclusão como a introdução da educação em comunidades quilombolas;
- Destinação de 50% dos recursos do Fundo Social e dos royalties do petróleo e do pré-sal para a educação;
- Criação de um Fórum Nacional de Educação, instância não-governamental que influenciará decisivamente na elaboração do futuro PNE.

O novo PNE – Na manhã de 15 de dezembro de 2010, o presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, apresentou na capital federal, após dois adiamentos, a proposta de Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

Encaminhado ao Congresso Nacional no dia 20 de dezembro, o projeto de lei (PNE – PL 8035/10), composto por 20 metas e 170 estratégias, será analisado em comissão especial formada por 25 deputados titulares e 25 suplentes indicados pelos partidos.

Segundo a presidenta da Comissão de Educação e Cultura, Fátima Bezerra (PT-RN), a previsão é que o PNE seja aprovado até agosto na Câmara e sancionado pela presidenta da República, Dilma Rousseff, ainda este ano.

Sem incorporar os principais pontos aprovados pela CONAE, o projeto, ao apontar a destinação progressiva de 7% do PIB para educação em 20 anos, apresenta dois aspectos preocupantes de acordo com o professor Otaviano Helene: “um deles diz respeito à insuficiência desse valor e o outro à falta de garantias efetivas de que ele virá a ser atingido”.

Segundo ele, “para equiparar a remuneração de professores aos dos demais profissionais com nível educacional equivalente e incluir mais crianças e jovens na escola, inclusive para cumprir o que está estabelecido na Constituição nacional quanto à universalização do ensino fundamental, precisaríamos de cerca de 10% do PIB, valor que repete e confirma ser atual, o resultado obtido há uma década atrás na apresentação do PNE da Sociedade Brasileira”.

Na opinião do professor, “para que tenhamos alguma chance de que as metas venham a ser atingidas, será necessário definir a parte que cabe a cada nível educacional e a cada ente da federação; definir metas intermediárias; estabelecer quais órgãos verificarão o cumprimento das metas; e definir as ações que devem ser tomadas no caso de não cumprimento de alguma meta, inclusive das não financeiras.”

Entre outras importantes deficiências observadas no atual projeto, destacam-se:

- Falta de um diagnóstico educacional até 2010;
- Não definição clara das responsabilidades de cada ente federado;
- Estímulo ao convênio entre poder público e entidades privadas sem fins lucrativos visando o atendimento de crianças de 0 a 3 anos;
- Aplicação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como primeira avaliação do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes;)
- Não estabelecimento do CAQ (Custo Aluno-qualidade) como referência para o financiamento educacional.

Respostas ao Projeto de Lei – Frente às várias debilidades apresentadas dentro do projeto do Plano Nacional de Educação do governo e tendo em vista a possibilidade de abertura do debate com a população e a urgência em ampliar os recursos voltados ao setor, o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) protocolou na Câmara, em fevereiro deste ano, um projeto de decreto legislativo que propõe a realização de um plebiscito, em 2012, acerca da destinação de 10% do PIB à educação pública. Apoiado por mais de 180 parlamentares, o projeto pode ser discutido pela Comissão de Educação junto com o processo em curso do próprio PNE.

Pauta comum à União Nacional dos Estudantes (UNE), os 10% também estão sendo debatidos com estudantes de universidades públicas e privadas de diversos estados por meio de uma jornada de lutas organizada pela entidade. Segundo Vítor Lucena, diretor de movimentos sociais, “a UNE, em conjunto com a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e a ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos) apresentará por volta de 60 emendas ao PNE”. Apesar da iniciativa, o maior desafio dos campos de oposição à majoritária da UNE, governista, será lutar pela retirada das metas atreladas ao REUNI.

Reprodução

